

**PRECARIEDADE NA EUROPA 1945-2018: REFLEXÕES EM
HOMENAGEM A RICARDO ANTUNES**

**PRECARIZATION IN EUROPE 1945-2018: REFLECTIONS IN
HOMAGE TO RICARDO ANTUNES**

**PRECARIEDAD EN EUROPA 1945-2018: REFLEXIONES EM
HOMENAJE A RICARDO ANTUNES**

Raquel Varela¹

raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

PRECARIEDADE LABORAL E DESEMPREGO

Investigadores dos estudos do trabalho têm nas últimas duas décadas no sul da Europa e na América Latina debatido o conceito de precariedade laboral, perante o aumento exponencial, a partir do final da década de 80 do século XX, de trabalhadores nesta condição. Também o conceito de desemprego tem sido polémico. Destacamos aqui os principais debates que têm ocorrido na definição de ambos os fenômenos sociais.

Nas últimas décadas inúmeros autores têm-se debruçado sobre o conceito de precariedade . O conceito tem porém um elemento de grande abrangência nestas obras, que mistura relação de trabalho precária (tipo de vínculo laboral), condições de trabalho (condições insalubres, precárias, perigosas, por exemplo), distintas configurações das ordens jurídicas dos países, mobilidade da força de trabalho.

Ricardo Antunes é um dos cientistas sociais mais importantes das últimas décadas a contribuir para a compreensão do mundo do trabalho no mundo. O sociólogo brasileiro

¹ Raquel Varela é Historiadora, Investigadora e professora universitária. Starting Grant da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa/IHC e Fellow do International Institute for Social History (Amsterdam). Professora-visitante internacional da Universidade Federal Fluminense, onde leciona uma cadeira na área de história global do trabalho no programa de pós-graduação em História. É membro do NIEP. É avaliadora internacional do CNPQ/Brasil. É coordenadora do projecto internacional de história global do trabalho In The Same Boat? Shipbuilding industry, a global labour history. Autora e coordenadora de 23 livros sobre história do trabalho, do movimento operário, história global. Publicou como autora 44 artigos em revistas com arbitragem científica, na área da sociologia, história, serviço social e ciência política indexados no ISI Thompson, CAPES Qualis A, Scopus, entre outros.

cunhou o conceito de “nova morfologia da classe trabalhadora”, como a “classe-que-vive-do-trabalho”, ampliando o seu conceito a uma classe não exclusivamente industrial mas sem cair numa pós-modernidade relativista que dilui a centralidade do mundo do trabalho. O autor destaca que nos países ocidentais a dinâmica do mundo do trabalho tem sido a redução do trabalho regulamentado e o aumento da precariedade e da informalidade, também indissolúvelmente ligados à empresa flexível – sub-contratação. O autor tem acentuado que a-classe-que-vive-do-trabalho está irremediavelmente ligada entre si, independentemente do vínculo laboral – é portanto uma tese que ampliando o conceito de classe, salienta a sua unidade, contra a fragmentação: «Os dois polos mais visíveis e mais importantes da classe trabalhadora portuguesa estavam, então, se manifestando: os precarizados e o pólo da classe trabalhadora herdeira do welfare state e do fordismo».

A ligação estreita entre o modo de produção flexível e a precariedade e os seus efeitos na destruição da própria força de trabalho tem sido salientada nos trabalhos de Castillo , Huws - no caso do ciber proletariado - por Mészáros , entre outros autores. Segundo Felstead e Jewson, nos EUA, mais de metade do aumento líquido de empregos – de 1980 a 1987 – relacionava-se com o trabalho precário .

Graça Druck elaborou uma tipologia da precarização: (i) As formas de mercantilização da força de trabalho, produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social; (ii) Os padrões de gestão e organização do trabalho – que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.); (iii) As condições de (in)segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, medidas preventivas coletivas, etc.; (iv) A condição de desempregado e a ameaça permanente da perda do emprego.; (v) O enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre os mesmos, da sua heterogeneidade e divisão, implicando numa pulverização dos sindicatos criada, principalmente, pela terceirização; (vi). A condenação e o descarte do direito do trabalho, fruto da fetichização do mercado, que tem orquestrado e decretado uma “crise do direito do trabalho”, questionando a sua tradição e existência .

Mas a precariedade é também um conceito que deve ter dignidade histórica. Ser precário hoje é o mesmo que ser precário há 150 anos? A precariedade de hoje é distinta do trabalho contingente ou casual que o padrão do modo de acumulação capitalista porque ela sugere regressão social, os filhos vivem pior do que os pais se só viverem dos rendimentos do trabalho (sem o “salário família”) e a sua gestão é realizada pela própria poupança dos trabalhadores, o fundo da Segurança Social e o próprio salário família. De certa forma pais pagam aos filhos para, sendo precários, não caírem nas condições de pobreza a que os salários reais os levariam. E pagam através do Estado, fiel depositário da sua Segurança Social, e do salário família, ajudando os filhos.

Em Portugal, por exemplo, 47% das pessoas são oficialmente pobres antes das transferências sociais, e depois destas o número baixa para 18%. Mesmo assim, em 2015 a maioria dos desempregados era sustentado pelas famílias em primeiro lugar e só depois pelo Estado .

O conceito de precariedade define-se portanto a partir do seu contrário, o trabalho protegido, de facto ou de jure, ou seja, trata-se da análise da segurança no emprego – que pode advir de proteção jurídica ou por exemplo tipo de qualificação. E não nas condições de execução do trabalho, que podem ser precárias, no sentido de perigosas (uma mina por exemplo), mas não ser contingentes no sentido da protecção ao despedimento de facto.

Assim, a precariedade não diz respeito a por exemplo más condições de higiene ou segurança física, saúde mental etc. mas exclusivamente à mobilidade da força de trabalho, que se encontra permanentemente entre empregos precários e o desemprego. Há uma relação directa entre precariedade e desemprego.

Na Europa, depois de 1945, ter trabalho passou a ser um direito, e quem não tem esse direito é precário. No sul da Europa esse direito foi assegurado durante a revolução de 1974 e 1975 e consagrado na Constituição de 1976 (o pacto social), mas ele dependeu, na sua concretização real, também do grau de cedência dos empregadores e de resistência dos trabalhadores e da gestão do pacto social sob o regime democrático-representativo. .

Nos trabalhadores precários encontram-se assim um número amplo de relações laborais, na sua aparência jurídica muito distintas entre si, mas que têm em comum a facilidade do despedimento. Assim entram nesta categoria 0) mini jobs, zero hour contract 1) os trabalhadores com contrato a prazo, 2) a maioria dos trabalhadores pago à peça

(recibos verdes), 3) bolseiros e estagiários e contratos de primeiro emprego (todos financiados pelo Estado, a termo, em que formalmente os trabalhadores estão em formação mas de facto executam trabalho assalariado); 4) trabalhadores do Estado com contrato protegido mas sujeitos pela lei à mobilidade especial e possibilidade de despedimento; e 5) trabalhadores com contratos fixos que por via da redução de indemnizações se tornou muito fácil as empresas despedir.

O conceito de precariedade foi por nós estendido também a uma categoria específica de pequenos empresários. Na Europa há, na nossa opinião, trabalhadores precários que aparecem como empresários em nome individual mas que são na essência trabalhadores. Não só os casos óbvios dos trabalhadores a recibo verde, bolseiros, estagiários, etc., já citados. Há casos mais polémicos, como o de pequenos empresários que são de facto trabalhadores. Têm formalmente uma «empresa», normalmente nascida a partir do desmembramento de uma grande empresa, outsourcing dos próprios trabalhadores, mas na verdade são trabalhadores dependentes de grandes empresas que suportam todos os custos que a grande empresa deixou de suportar (segurança social, paragens da produção, etc.). O capital circula por estas pequenas empresas, mas não se acumula aí: o que ganham «mal dá para pagar as contas», isto é, suportar os custos, em muitos casos.

Uma parte destes serão pequenos empresários, acossados pela competição, mas uma fracção serão trabalhadores precários na essência, embora juridicamente apareçam como pequenos empresários. O Eurostat não aplica nenhum modelo que permita ter uma noção, para lá das aparências formais e jurídicas, de quem realmente tem uma relação que se configura de trabalhador ou de empregador, no caso das pequenas empresas.

Finalmente existem contratos de trabalho que, sendo embora a termo, ou mesmo à peça, como implicam uma força de trabalho de muito difícil reprodução – os médicos, por exemplo -, não configuram, precariedade porque a mobilidade de trabalho ou mesmo intensificação não implica situação de desemprego, ou seja, nem toda a mobilidade é precária e há relações jurídicas de trabalho protegido e até de empresários que configuram trabalho precário.

O debate destes conceitos é essencial para determinar a sua realidade ao longo da história e os seus dados actuais. Veremos que as metodologias podem mudar em muito o panorama da força de trabalho.

O desempregado é definido pelos Estados membros da União Europeia, de acordo com a definição da OIT (Organização Internacional do Trabalho), como um indivíduo em idade de trabalhar que não tenha um trabalho remunerado ou qualquer outro, esteja disponível para trabalhar e proceda a uma procura ativa de emprego. A ideia de uma procura ativa de emprego inclui uma série de procedimentos que inclui estar inscrito num centro de emprego ou ter contactos com empregadores ou ir a entrevistas de emprego, etc. Caso o trabalhador não cumpra essas exigências, passa automaticamente à categoria de inativo disponível ou desencorajado. Mas, o que é um inativo disponível? Um desempregado, e a ele deve acrescentar-se o subemprego visível. A divisão entre inativos e desempregados tem como resultado uma diferença para um país como Portugal que se expressa em 2014 nos valores oficiais de desemprego (13%) e nos valores reais de desemprego (23,7%).

De acordo com o Eurostat, em 2012, Portugal, Espanha e Polónia eram os países onde o peso dos trabalhadores a prazo no total dos trabalhadores por conta de outrem tinha maior significado (respetivamente 20,3% e 22,8% e 26,6% no quarto trimestre de 2012). Em 2017 Portugal estava marcado pela ampliação da precariedade a níveis sem precedentes porque as alterações legislativas de 2013 colocavam para os novos trabalhadores um limite às indemnizações por despedimento de no máximo equivalente a 12 meses de salário.

RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA EUROPA (DOS ANOS 80 AOS NOSSO DIAS)

No início dos anos 80 do século XX o mundo assiste a uma das mais violentas crises de superprodução e superacumulação de capital (1981-1984). Conhecida como a crise do «duplo mergulho» em referência à sua forma em W – queda, ligeira recuperação seguida de nova queda até uma nova recuperação (ao contrário das crises regulares em V, queda e recuperação) . O mundo virou-se de alguma forma de pernas para o ar. Há uma mudança política, económica, geográfica, laboral e consequentemente social como não acontecia desde o final da II Guerra Mundial, em 1945. A URSS colapsa, como um castelo de cartas. Começam as medidas contra cíclicas na Europa – era o início do fim do pacto

social erguido no pós-guerra, o mesmo pacto que legitimava o lucro de uns com a existência de pleno emprego e direitos sociais para os trabalhadores.

A mais importante destas medidas de “saída da crise” foi certamente por parte das empresas e do Estado - e com o apoio da maioria das grandes estruturas sindicais -, o recurso aos despedimentos massivos com indemnizações e as pré-reformas do sector fundador da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) no campo do trabalho – os trabalhadores do aço e do carvão, mineiros, operários navais, siderúrgicos.

São as greves dos mineiros ingleses que abrem os telejornais com a dama, Margaret Thatcher, apelidada de ferro, a anunciar determinação em quebrar a espinha das mais sólidas estruturas sindicais britânicas e sepultar o pacto social nascido em 1945.

É a concretização das reformas Deng Xiaoping abrindo na China as fábricas que aqui fechavam . Na China a política do filho único, a pouco e pouco, empurrava os camponeses para as cidades, cuja proletarianização tinha sido adiada por uma reforma agrária realizada com sucesso com a revolução em 1949. A contrario dos outros povos do mundo que eram empurrados para as cidades nas décadas de 50 e 60, na China a reforma agrária fixou os camponeses na terra. Depois da «limpeza interna» dos opositoristas com o pretexto da revolução cultural, e derrotado em Tiananmen em 1989 o último sopro de uma revolução contra a burocracia do PC Chinês, pela esquerda –, os camponeses são compelidos a ir para as cidades trabalhar.

É uma das inúmeras formas de expropriação dos camponeses e transformação destes em assalariados, sem meios de produção (são expropriados dos filhos que na terra são meios de produção). Não se tratava, cremos, de conter o crescimento populacional, mas garantir a despossessão que os obrigava a migrar para as cidades .

Como assinala van der Linden assistimos nesta época a um fornecimento exponencial de força de trabalho para o mercado mundial: «Na década de 90, a viragem para o capitalismo da República Popular da China, o colapso da ex-União Soviética e a “abertura” económica da República da Índia causaram um verdadeiro “choque da oferta de trabalho”, duplicando em poucos anos o número total de trabalhadores que produzem para o mercado de trabalho mundial (...)» .

A pari passu davam-se as grandes alterações no pacto social europeu, com a deslocalização - e, mais do que deslocalização (a Europa manteve-se a contrario do

veiculado uma taxa de trabalhadores na indústria da ordem dos 20%, chegando aos 30% na Alemanha hoje), - a reconversão laboral e industrial da Europa.

O que implicou cooptação massiva das estruturas sindicais e derrota das que resistiram, numa ágil mas tensa e conflitiva relação entre coerção e cooptação, violência e consenso – a repressão sobre os mineiros ingleses, ou sobre os controladores aéreos nos EUA, em imagens que contagiaram o mundo espoletando uma onda de solidariedade mundial, sobretudo no caso dos primeiros, é indissociável deste virar de página na história da Europa.

Estava encerrado o período mais pacífico do continente, se combinarmos simultaneamente paz entre nações e paz entre classes dentro das nações europeias. Foram os “30 gloriosos” que naturalmente ocultam que a violência, luta entre nações e submissão de povos manteve-se na periferia do sistema-mundo.

Mas é um facto que na Europa os anos a seguir à Guerra foram momentos de paz, prosperidade e mobilidade social. O economista marxista Ernest Mandel classificou-o no conceito de “empobrecimento relativo” – os ricos ficaram mais ricos mas os pobres ficaram menos pobres, em suma. Esta equação explicava para o economista belga a ausência de força de massas das ideias socialistas no pós-guerra europeu.

Quando a 26 de Março de 1995 entra em vigor o Acordo de Schengen, que permite circular na CEE/UE sem controlo de passaportes nas fronteiras (excepto no Reino Unido e na Irlanda), criando um mercado continental de circulação laboral livre, o mundo tinha dado uma volta de 180 graus e toda a estrutura herdada da II Guerra Mundial tinha desaparecido.

A CRISE DO MUNDO DO TRABALHO NA EUROPA

Em 1981 estávamos, de novo, na crise mundial da economia capitalista: «que criara um “capital excedente” (e, portanto uma forte tendência para a desvalorização de todos os activos), combatida com uma crescente desregulamentação dos mercados internacionais (com o grande capital à procura de “super-lucros periféricos”, basicamente através da agiotagem financeira, com transferências gigantescas de valores para os “credores externos”), e com a “racionalização produtiva”, em que se elevou a taxa de exploração através da produção de mais-valia relativa, graças ao aumento da composição

orgânica do capital, impulsionada pelo aumento relativo dos investimentos em novas tecnologias» .

Até à década de 70 foi impossível pressionar sistematicamente o salário dos trabalhadores. É esse o significado do pleno emprego -, maior força negociadora dos trabalhadores . Duas décadas depois, com o colapso do boom da construção e industrialização do pós 45, passamos na Europa a mais de 10% da população oficialmente desempregada. As taxas oficiais de desemprego em 1967 na Europa eram 0,7% na Noruega, 2,1% França, 2,9% em Espanha, 1,7% na Alemanha, 1,6% na Holanda, 2% Reino Unido. Em 1985 eram de 2,6% na Noruega, 10,2%, França, 21,1% em Espanha; 8% na Alemanha; 10,9% na Holanda, 11,5% no Reino Unido.

Em 1987, em plenos efeitos devastadores das medidas contra a redução drástica da lucratividade (deslocalização, intensificação laboral), - o economista e sociólogo sueco Bo Strath elaborava um estudo pioneiro sobre a indústria naval na Europa, muito detalhado. Uma questão intrigante orientava os seus estudos: como se tinha deslocalizado e reestruturado a indústria naval, e do aço, a pesada indústria europeia, onde se constituiu a espinha dorsal do sindicalismo europeu do pacto social do pós guerra sem um conflito social de grande escala entre trabalho e capital? Um dos capítulos do seu livro principia com uma provocação, citando Rudolf Hilferding, médico e economista austríaco, destacado líder da social-democracia alemã do início do século XX e famoso pelos seus estudos sobre o Imperialismo: «Os efeitos das tendências contra-revolucionárias do movimento operário enfraqueceram as tendências revolucionárias do capitalismo».

A provocação de Strath acompanhava a seguinte hipótese de conclusão do seu estudo: a queda tendencial da taxa de lucro mergulhava o capitalismo europeu numa crise profunda no fim do boom expansionista do pós II Guerra, mas o nacionalismo dos sindicatos, isto é, a incapacidade dos sindicatos terem uma política internacional solidária actuava como uma bóia de salvação do capitalismo europeu para mais um sopro de acumulação: «As reformas antecipadas e rescisões voluntárias individualizaram a ameaça de desemprego e retiraram a experiência colectiva que poderia ter formado a acção colectiva e a mobilização dos sindicatos» . A mudança na crença na suas próprias «possibilidades e capacidades» foi substituída por um apelo ao Estado e aos gestores de empresas para um pacto social, onde os sindicatos tiveram um papel determinante em assinar os planos de

reestruturação. Passou-se de um «nós fazemos nós próprios para um eles farão por nós», escreve o autor sueco.

Strath está praticamente sozinho nesta singular interpretação da Europa do pós-guerra. A larga maioria dos autores (conservadores ou social-democratas) defende a tese exactamente oposta – a crise de 1970 levaria à deslocalização, esta teria conduzido por sua vez à crise dos sindicatos e consequente perda de força destes; e este enfraquecimento teria contribuído para introduzir os mecanismos de flexibilização – acentuados com a queda do Muro de Berlim - que vieram alterar o pacto social do pleno emprego do pós-guerra .

Encontrarão os leitores esta ideia em inúmeros cientistas sociais: «O fim do longo boom do pós-guerra durante a segunda metade da década de 70 originou três desenvolvimentos que desafiaram a posição dos sindicatos: uma aceleração no ritmo da internacionalização económica; a adopção de políticas neoliberais; e a reforma dos regimes de produção» . O fim do boom de crescimento do pós-guerra teria conduzido à crise sindical, em suma. Concluir-se-ia daqui que as organizações sindicais e laborais são fortes em momentos de expansão do capital e fracas em momentos de crise. Cremos que está equivocada.

Qual o erro metodológico desta ideia – o impacto da crise no mundo sindical -, que se transformou num quasi axioma? A confusão, que não é rara em ciências sociais, entre causa e efeito e correlação.

A crise de 1973 teve uma resposta política revolucionária no sul da Europa que aumentou o valor do salário social no sul da Europa. A crise de 1981-1984 não teve resistência política de massas, apesar das grandes greves de mineiros ou operários navais.

A questão chave não é a crise mas a resposta política das organizações de trabalhadores a essa crise. A Europa passou por uma transformação no mundo do trabalho que alterou – disso não há dúvidas - qualitativamente o panorama da produção de bens e serviços, e das relações no seio dos locais de trabalho. Mas, não foi o enfraquecimento sindical que conduziu à deslocalização. Foi exactamente o oposto -, foi a sua força, em coligação com os Estados, na Europa, que permitiu as negociações que levaram à reestruturação produtiva.

Os efeitos na queda na taxa de sindicalização só vão sentir-se no final da década de 90 quando as reformas dos baby boomers do pós-guerra se dão a par com a entrada no mercado de trabalho dos “filhos” destes, um contingente de trabalhadores precários –

criando aliás uma nova categoria política nesta Europa da década de 90, o trabalhador precário .

Embora a precariedade seja, como veremos, uma categoria comum no desenvolvimento do capitalismo desde a sua formação. Por outras palavras, a permanência de trabalhadores à peça, à jorna, ao dia, os contractos de zero horas (hoje comuns no Reino Unido, por exemplo), como norma no desenvolvimento histórico do capitalismo. E o trabalho protegido como a excepção -, que só existiu depois do apocalipse de 80 milhões de mortos na II Guerra.

A crise dos grandes sindicatos chegou depois da queda do muro mas não por causa da queda do Muro. O colapso da União Soviética acentuou uma tendência que se formou antes. A crise teve como causa as negociações realizadas a montante, entre 1984 e 1987, pelos sindicatos -, então fortes, coesos, maioritários.

Que não tiveram uma estratégia de defesa das classes trabalhadoras como um todo dentro dos países – entre fixos e precários – e entre países, com cooperação internacional. Criaram as condições, na mesa de negociações da Concertação Social, para o fim do pleno emprego – recorrendo à assistência social massiva.

Vejamos os nossos argumentos, sintetizados aqui em sete pontos.

Em primeiro lugar, nem todas as crises económicas redundam em crises políticas em que as classes trabalhadoras perdem força e direitos. O contrário pode acontecer, e aconteceu, na história da Europa a seguir a 1917, 1945 e no final de década de 60 e ainda no sul da Europa no final de década de 70.

Só uma visão determinista da história – portanto a-história - pode assumir que o resultado de uma crise é a inevitável perda de força do trabalho face ao capital. Não foi assim na França pré-revolucionária da “Frente Popular” depois da crise de 1929, não foi assim na Europa do sul depois da crise de 1970-73 . Pelo contrário, expandiram-se, no quadro de fortes crises económicas, os direitos laborais e o valor da massa salarial, directa e indirecta.

Durante a revolução portuguesa, em 1974 e 1975, em plena crise do «choque petrolífero», a taxa de crescimento caiu de 10,78%, em 1972, para 4,92% em 1973, para 2,91% em 1974 e para -5,10% em 1975. Mas o rendimento do capital caiu de 51,8% do PIB em 1973 para 35,3% em 1975!, uma inédita transferência de rendimento do capital para o trabalho que nunca antes tinha acontecido na história do País .

A reacção aos despedimentos – ocupação de fábricas e empresas; nacionalizações sem indemnizações e criação de um amplo Estado Social e sistema de reformas e pensões, devido a processos generalizados de ocupação dos locais de trabalho e gestão democrática -, explicam que o resultado da crise não seja igual para todos: o trabalho saiu melhor da crise do que estava antes da crise .

A diferença entre as fases de expansão de direitos e contracção não se prende com a crise económica mas com a resposta política a essa mesma crise económica. Se ela é frágil e defensiva do lado dos trabalhadores, as contra-tendências para acumular capital actuam: cortes salariais, extensão da jornada de trabalho, expansão do exército industrial de reserva (desempregados), aumento do comércio exterior, intensificação do trabalho (multiplicação de tarefas, por exemplo), etc. A crise é condição necessária para processos pré-revolucionários ou revolucionários. Mas ela não é condição suficiente. Não há – já o sustentamos - revoluções sem crises económicas. Mas há crises económicas sem revoluções.

O nosso segundo argumento. Não está provada uma linearidade entre a crise de 1970 e a actualidade, uma crise desde a década de 70. Apesar de esta frase, “a crise desde a década de 70”, ter-se tornado um quasi-dogma em muitos sectores académicos . Na verdade a Europa assistiu - e o mundo -, a momentos de forte expansão do ciclo industrial, depois da recuperação das crises, desde a década de 1970. Desiguais consoantes os países e sectores.

A crise de 1981-1984, o «duplo-mergulho» que referimos, teve como resultado o avanço de uma nova fase de expansão de acumulação de capital à escala mundial, o neoliberalismo, com taxas de crescimento formidáveis até 2001. Em muitos países, ainda que intervaladas por um curto ciclo de contracção em 1996-97, as taxas de crescimento foram sustentadas: «O desenvolvimento do capitalismo é cíclico exactamente pela sua tendência permanente para a crise (embora a própria crise não seja permanente): é a crise que explica o ciclo, e não o contrário. A crise repõe as condições necessárias para um novo período de acumulação capitalista. Neste sentido, não se pode falar de crise permanente do capitalismo, mas de crise periódica em permanência».

Se olharmos os ciclos da economia (ver gráfico) que regulam as fases de crise e expansão nos EUA, não vemos crise permanente desde a década de 1970 mas fases de expansão e contracção da acumulação. Um estudo publicado pelo Credit Suisse sobre a

globalização ilustra os momentos de contracção e expansão dos ciclos industriais de longa duração. Curiosamente é uma análise clássica de Karl Marx em *O Capital* que é hoje incorporada pelos investigadores de uma instituição bancária. Porque por volta de 1820 deu-se a primeira crise de superacumulação de capital e Marx viu o que ninguém via. Todos pensavam então que com a máquina a vapor e o crescente controlo do homem sobre as pragas agrícolas, as intempéries, e com o desenvolvimento científico, "crise" era uma palavra do passado. Ora Marx veio explicar que não - que as crises seriam cada vez maiores, não por escassez, mas justamente pelo seu contrário, excesso.

Que a resposta às crises de lucratividade seria essencialmente a intensificação do trabalho, que a intensificação do trabalho era conseguida não só mas sobretudo pela expansão do exército industrial de reserva (contingente de desempregados, imobilização de capacidade produtiva), e que isso levaria à pauperização de amplas franjas da sociedade e à proletarização dos sectores médios, espoletando processos revolucionários. «Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contracção do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial» .

Crise de superacumulação de capital não é exactamente crise de excesso de mercadorias - isso é a consequência. O subconsumo, ou as “prateleiras cheias de produtos que ninguém pode comprar”, são a consequência do excesso de capital. Assim que o capitalismo se expande há uma tendência para cair a lucratividade (porque aumenta o investimento, ou seja, os custos), com o tempo há uma contradição entre os bens que a sociedade precisa (alimentação, casa, energia, etc.) e o que os capitalistas precisam – lucro.

Terceiro argumento: as alterações significativas na força de trabalho (que tinha entrado no mercado de trabalho jovem adulta no pós-guerra), isto é a reestruturação produtiva, dão-se antes da queda do Muro, e não depois. Mineiros, aço, indústria naval, portuários, estes grandes sectores que constituem a espinha dorsal do movimento operário organizado do pós guerra, não por acaso se chama a Europa do carvão e do aço, são cooptados na sua maioria, colaboram nos planos de reestruturação (indústria automóvel, siderúrgica, naval, estivadores, por exemplo). Em casos raros opõem-se e são derrotados (mineiros ingleses, operários navais de Lisboa, Setúbal, Astúrias e País Basco e também de Bremen, na Alemanha).

A derrota do sector mais importante do movimento operário organizado vai jogar um papel cimeiro nesta nova configuração do mercado de trabalho europeu. O sucesso ou o fracasso das fortes mudanças na organização do processo produtivo a nível mundial (como a deslocalização ou intensificação, e ainda a proletarização de sectores médios antes autónomos, por exemplo médicos ou advogados), dependeram e dependem da relação de forças que se estabeleceu e estabelece entre: por um lado, o permanente impulso para a acumulação de capital; e por outro, a necessidade de resistência ao desemprego ou à intensificação do trabalho. Dito de outra forma, para convencer a maioria dos sindicatos a aderir ao novo modelo laboral teve que quebrar-se antes os que resistiam aos planos de reestruturação .

Só isso justifica, por exemplo, a manutenção de estaleiros como a Naval Xixón cuja luta dos operários, dirigidos por dois sorridentes operários – Cândido e Morala - que tinham rompido com as CCOO quando o PCE assinou os Pactos de Moncloa, em 1978, inspiradora do filme premiado *Los Lunes al Sol* , impediu durante quase 3 décadas – até 2008 - o encerramento do estaleiro, apesar de ser manifestamente inviável do ponto de vista da competição com a Ásia, já desde o final da década de 80. O que o manteve aberto foi a sua dimensão política .

Um quarto factor foi a conciliação entre sindicatos e Estado nos modelos tripartidos, corporativistas de Concertação Social. A existência de um sindicalismo fortemente apoiado na negociação e não no confronto. E, tendo este sindicalismo fortes ligações ao regime democrático, une-se ao Estado, visto não como um opositor, mas como um árbitro para o qual as propostas eram direccionadas, em vez de para as empresas, como foi característico do período que se seguiu ao Maio de 1968 (greve do sector automóvel em França; greve da Fiat em 1969, dos estivadores na Suécia em 69-70; primeira greve dos mineiros em Inglaterra 1973), e das greves da Portugal, Espanha e Grécia na sequência da queda da ditadura de Salazar e Caetano .

Do confronto na empresa passou-se à associação entre sindicatos e patrões requerendo subsídios à reestruturação. A cooptação ou estabilidade sindical pela participação em planos sociais das empresas dá-se de forma desigual na Europa, consoante a influência sindical - que é maior então na Suécia, Dinamarca, Grã-Bretanha, por exemplo . Os principais sindicatos de então, aceitando a necessidade de “sair da crise” mantendo o mesmo modelo de acumulação, baseado na propriedade privada das grandes empresas e

banca/sector financeiro, anuíram que a “saída da crise” fosse realizada por ajudas diretas maciças às empresas, por um lado. E por outro, por ajudas indiretas pela via da transferência para o Estado de parte dos custos da força de trabalho (casos das reformas antecipadas ou das isenções de contribuições para a segurança social).

O quinto factor, as mudanças no sistema internacional de Estados, na sequência da queda do Muro de Berlim e do fim da URSS, 1989-1991. Não é, cremos, o fim da URSS que determina a erosão dos direitos sociais – argumento usado frequentemente – porque essa erosão passou por difíceis negociações sindicais antes.

Mas parece ser um argumento com rigor que o fim da URSS foi visto como uma desesperança para quem, sobretudo nos países da Europa do Sul, com fortes partidos comunistas, acreditava que havia «algures a leste» uma sociedade mais igualitária. Este sentimento é menos forte no Norte da Europa, onde os partidos mais hegemónicos nas classes trabalhadores são os partidos social-democratas (recordemos por exemplo, que o Partido Comunista era proibido na Alemanha Federal).

A URSS não era, como sabemos, uma sociedade igualitária nem livre, e, num aparente paradoxo, porque se prende com a política de “coexistência pacífica”, a gestão da precaridade foi negociada também no Sul da Europa com os mesmos sindicatos, de inspiração comunista que tinham na URSS um exemplo. E que advogaram (numa construção de memória que não tem sido alvo de uma visão crítica), que o fim da URSS tinha significado o fim das «conquistas adquiridas» no Ocidente, demitindo-se assim das suas próprias responsabilidades nas negociações que fizeram antes, entre 1984 e 1987. Não subestimaremos que a URSS, tida para muitos como «pátria dos trabalhadores», fazia para muitos patrões o papel dos papões na meninice, também.

O Muro que separou desde a Guerra as duas Alemanhas caiu no dia 9 de Novembro de 1989 sob fortes manifestações populares em todo o Bloco de Leste. A Alemanha reunificou-se em 1990. Em 1991 não havia URSS. «Mais Governos caíram em 1989-90 do que em qualquer outra data na Europa desde 1917-18, e, antes disso, 1848». Os países colapsaram por uma típica situação de combinação de crise económica e movimentos populares.

A URSS não resistiu ao impacto da crise económica e ao seu imobilismo burocrático. Colapsará em 1989-1991, demonstrando que a sua economia estava mais inserida no mercado mundial do que se supunha.

Com humor, num texto jornalístico que já aqui citámos, Gabriel Garcia Márquez descreve a economia soviética onde havia a bomba nuclear mas não havia sapatos para todo a gente: «Se alguma vez um turista ocidental se encontrar em Moscovo com um rapaz nervoso e desgrenhado que diz ser o inventor do frigorífico eléctrico, não deve tomá-lo por um embusteiro ou por um louco; é muito provavelmente verdade que esse miúdo tenha inventado o frigorífico eléctrico em sua casa, muito tempo depois de ele ser um artigo de uso corrente no ocidente».

Anquilosada numa estrutura de economia rígida, com anemia demográfica, sem liberdade de inovação e reflexão científicas. E com os planos – em, grande medida burlados (Victor Serge comentará no seu romance O Caso do Camarada Tulaev, ironicamente, que os únicos planos que se cumpriam na URSS eram os “planos de detenções”) – a centrarem-se nas grandes indústrias pesadas; menosprezando a produção de bens de primeira necessidade. E, finalmente, com um regime ditatorial, sem liberdade de expressão, reunião ou associação, a URSS não sobreviveu, a si própria.

O primeiro sinal evidente chegou do colapso da economia Polaca, a maior crise que um Estado tinha vivenciado desde a Guerra. O PIB caiu 2% em 1979, 8% em 1980 e 15-20% em 1981. Já no final dos anos 60 e 70 várias manifestações e greves põem em causa o regime na Polónia. Desta vez, porém, a firmeza popular foi imparável. Organizados em comités, pequenos círculos de militância operária, que rapidamente se transformam em conselhos, os trabalhadores polacos, com epicentro nos estaleiros navais da cidade de Gdansk, iniciaram aquilo que Colin Barkler considera «o mais avançado movimento de trabalhadores do pós guerra», em que existiu dualidade de poderes entre Julho de 1980 e Dezembro de 1981. O «soviète» - um poder paralelo ao Estado Polaco - será constituído a partir de um sindicato, o Solidariedade, dirigido por Lech Walesa, electricista naval que em 1983 ganhará o Prémio Nobel da Paz.

Tudo tinha começado, ironia da história, num boletim de um pequeno círculo de trabalhadores, o Trabalhador Costeiro. O Solidariedade, ao fim de um ano de existência, tinha delegados em 3500 fábricas e um milhão de membros. A resposta do governo – liderado por Jaruzelski - foi a Lei Marcial inicialmente. Mas depois é forçado a negociar. O movimento tinha começado no Estaleiro Lenine. Não havia, contudo, entre a direcção maioritária do Solidariedade, nem o próprio Walesa, nenhum projecto estratégico de

construção de uma economia socialista, e estavam comprometidos a não «deitar abaixo o Governo» numa «auto-controlada revolução».

Paulatinamente o Solidariedade e os conselhos perdem força, e não vão ter nenhum movimento tendente a transformar o Estado. Ainda que se apoiassem num movimento de base de trabalhadores só equiparável à revolução dos cravos em Portugal (1974-75).

A Polónia é o ponto de partida. Mas, com um efeito dominó veloz, todos os regimes do Leste, um a um caem, no final dos anos 80 e início dos anos 90. Gorbachev em 1987 defendia a glasnost (abertura) e as reformas da Perestroika, e caiu, com uma «popularidade próxima do zero» 4 anos depois, em 1991. Uma onda sem precedentes de manifestações levou à queda da RDA. Em Leipzig, em frente da sede da Polícia Política gritava-se, «Nós somos o povo». Checoslováquia, Bulgária, Roménia... todos os regimes caíram. O último, a Albânia em 1991.

Este movimento popular sem precedentes foi rapidamente dirigido por uma mistura ecléctica de velha burocracia estalinista (transformada em novos senhores da propriedade estatal agora privatizada) com o liberalismo ocidental.

Em Leipzig duas semanas depois do início das manifestações contra a burocracia («Nós somos o povo») a palavra de ordem já era outra: «nós somos um povo». A oposição não era já entre povo e burocracia, povo e capitalistas ou Estados, mas entre nações. Reunificava-se a Alemanha, paz entre classes.

Uma acelerada restauração capitalista levou nas décadas seguintes, a maioria dos países da ex-URSS ou satélites, porém a situações de retrocesso violentas, pobreza, migrações em massa, queda abrupta do salário, queda na esperança média de vida. Uma parte destes territórios da Europa de Leste tornaram-se a “grande fábrica” de trabalho barato das indústrias alemãs. Em entrevista um ex-operário da Alemanha, em Berlim, em 2016 contou-me, rindo tristemente sobre as manifestações de Leipzig, a seguinte piada sobre isto: «Nós somos um povo estúpido». Não era uma confissão extravagante. Ele reflectia o mal-estar geral destes povos que viram no socialismo realmente existente um tormento, mas constatarem nas promessas ocidentais uma falácia.

Democracia, bem-estar e livre mercado não eram almas gémeas. As revoluções políticas, conclui Chris Harman, de 1989-90 foram muito mais semelhantes às de 1830 do que a 1917 – isso «fica demonstrado pelo facto de (depois delas) as mesmas pessoas é que

eram as donas das indústrias e dos bancos». Pelz resume-o numa anedota: «Uma piada que na altura circulava na Rússia dizia que “o socialismo num só país” fora substituído pelo “apocalipse num só país”».

Voltamos a este novo mercado laboral europeu. Ao nosso sexto argumento, que explica o apoio ou a inacção social à reestruturação produtiva na Europa – foi a tendencial melhoria de vida e dos níveis de consumo das classes trabalhadoras e médias. Esta melhoria deu-se e foi efectivamente como tal sentida, embora consideremos que não foi sustentada por aumentos reais de salários mas, entre outras razões, pelo aumento do crédito a juros baixos para compra de habitação (que hoje é um pesadelo e um garrote sobre os salários, que entretanto desceram vertiginosamente pós colapso bancário e financeiro de 2008) e pelo, já referido, embaratecimento de produtos básicos, de consumo, com a entrada de milhões de chineses e indianos na produção para o mercado global.

Finalmente o último factor, sem o qual a reestruturação da força de trabalho na Europa não teria sido possível. A utilização do fundo da Segurança Social para gerir a precaridade e o desemprego, criando um colchão social, seguindo as orientações do Banco Mundial, que evite disrupções sociais fruto da extrema pobreza, desigualdade ou regressão social.

Essa utilização foi, caso a caso, negociada e na maioria dos casos aceite pelos sindicatos, sob a forma de reformas antecipadas – banca, grandes empresas metalomecânicas, trabalhadores portuários, setor das empresas de telecomunicações, para citar alguns exemplos. Em troca conservam-se os ‘direitos adquiridos’ para os que já os tinham e, das duas uma, ou não entram novos trabalhadores (o que permitiria reduzir o tempo de trabalho sem redução salarial), ou os que entram ficam já sob um regime de precaridade, o que implica uma redução substancial das contribuições para a segurança social.

O que se verifica é uma estreita ligação entre gestão da força de trabalho empregada, os fundos da segurança social e a criação crescente de medidas assistencialistas para atenuar os efeitos da conflitualidade social decorrentes de uma situação de desemprego que se afirma cíclica mas crescente (subsídios de desemprego, apoio a lay-off, formação profissional, programas assistenciais focalizados – com o RBI ou RSI - subsídio social de desemprego, subsídio parcial de desemprego).

SEGURANÇA SOCIAL: O FUNDO DE AUXÍLIO À RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As condições políticas para se chegar a este quadro na Europa, foram criadas pelo uso de fundos da Segurança Social que sustentaram programas assistencialistas que permitiram aumentar o desemprego e a precarização. Numa metáfora, compraram-se os pais (reformas antecipadas, manutenção de direitos) para vender os filhos (subsídios de desemprego, rendimento mínimo, entre outros). Mas agora, com tantos «filhos desempregados» existe uma pressão objetiva para propor o despedimento dos pais. Um processo que consideramos ser a eugeniização da força de trabalho, e que implicará a ruptura da Segurança Social, que é o fundo usado pelo Estado para fazer esta mudança histórica nas relações laborais, pondo assim em risco o bem-estar dos reformados. No limite leva, como veremos mais à frente, à escassez de força de trabalho.

O fim do pacto social na década de 80 dará início à disseminação de estruturas tripartidas de empregados, empregadores e Estado, em Espanha ou na Suécia, na Alemanha ou na Grécia, estruturas neocorporativas em que os conflitos laborais não se dão entre empregadores e empregados nas empresas e fábricas, mas são a montante negociados e evitados numa estrutura tripartida, como aludimos. Estas políticas têm-se progressivamente estendido e ampliado nas últimas duas décadas ao desemprego, que se cria e se gere usando os fundos de quem descontou para as pensões e reformas.

Para Marques, no quadro de adaptação à CEE (depois UE) e ao mercado único encetaram-se uma série de medidas como «o subsídio de desemprego, as reformas antecipadas por motivo de desemprego, o apoio explícito às reestruturações, as políticas ativas de emprego e a formação profissional». Como referem Hespánha et al, a criação do Fundo de Estabilização Financeira bem como a unificação entre a Segurança Social e o Fundo de Desemprego constituíram medidas que anunciavam a relação entre os «problemas do (des) emprego e a necessidade de rentabilização das contribuições arrecadadas».

Nas palavras de Marcel van der Linden, co-fundador da história global do trabalho: «A segurança social é muitas vezes considerada como uma conquista das lutas e dos movimentos dos trabalhadores. Mas isso não é inteiramente correto. Não só outras classes sociais desempenharam muitas vezes um papel importante na sua realização (por

exemplo, os agricultores na Suécia), como também é importante reconhecer que a maioria dos Estados-providência da Europa Ocidental só começou a florescer quando os grandes protestos da classe trabalhadora de finais dos anos 1940 tinham declinado ou sido derrotados. Muitas das disposições sociais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial não foram assumidas à custa do capital. Como a Economic Survey of Europe das Nações Unidas já observava em 1950: “Todo o sistema de segurança social foi financiado por uma enorme redistribuição de rendimentos no seio da classe trabalhadora.” Nesse sentido, a segurança social deu a provar aos trabalhadores o seu próprio remédio.»

O sociólogo alemão Klaus Dore, num estudo recente, lembra que o “doente do Reno” passou ao “milagre germânico” em pouco mais de uma década. A admiração em diversos ciclos dentro e fora da Europa pelo modelo de capitalismo social alemão não é, diz o autor, por razões consensuais: «é evidente que não há absolutamente consenso algum entre os admiradores do milagre de empregos alemão sobre as razões específicas da forma de capitalismo alemão que é na verdade responsável pela situação do mercado de trabalho no país” , elas vão desde a admiração pelo pacto-social capital-trabalho do pós-guerra à admiração pelas reformas Hartz IV como a causa desse sucesso, ou seja, ao fim do pacto social capital-trabalho do pós guerra!

Para o economista Michael Roberts não há dúvida de que o milagre alemão assenta na dupla: imigração e reformas Hartz IV. A taxa de lucro alemã caiu entre os anos 60 e os anos 80 (até 30%), seguida de uma pequena recuperação e nos anos 90 de uma estagnação. «O momento de salto qualitativo na lucratividade foi a formação da Zona Euro em 1999, entre 1999 e 2007 estão concentrados 2/3 da lucratividade desde 1980!» .

Deslocalização para o leste e sul da Europa; e uma queda real dos salários internos desde 2003: «Em 2003-2005 o SPD encetou uma série de reformas do mercado de trabalho, Hartz IV» . Para Dorre o milagre são sobretudo as reformas Hartz IV, assim conhecidas pelo nome do seu criador, Peter Hartz, ex-gestor de recursos humanos da Volkswagen: «Mobilidade Circular': a maioria dos inquiridos não conseguiu fazer a transição para o emprego regular, encontrando-se ao invés disso numa situação de 'mobilidade circular'. No total, apenas cinco das pessoas que entrevistamos tinham conseguido passar para um modo de vida que lhes permitiu sair dos subsídios-desemprego de uma vez por todas.»

«O restante circulou, experimentando duas, quatro, dez ou mais diferentes situações profissionais - do desemprego a empregos de-um-só-euro, de lá para um emprego temporário, depois para esquemas de treinamento e assim por diante, finalmente terminando de volta aos subsídios. Deram voltas e voltas sem sair do lugar, como cobaias numa roda-de-laboratório. Este fenômeno de 'mobilidade circular' é também atestado por significativos dados empíricos. Nos 12 meses até Agosto de 2012, 1,97 milhão de pessoas saíram da situação de subsídios, mas 1,76 milhões de pessoas mais tiveram de entrar no mesmo período. Destes, 50% já receberam o 'Hartz IV' nos últimos 12 meses. Em outras palavras, uma consolidação estrutural da dependência de subsídios tomou lugar na Alemanha. O tempo médio gasto com o 'Hartz IV' é significativamente mais longo do que no caso do antigo subsídio e do programa social que o antecedeu.» .

Num relatório semestral da Comissão Europeia de 2016 assinala-se que a preocupação fundamental das Políticas Activas de Emprego é o desemprego estrutural e o reconhecimento de que desde 2008 a incidência deste na EU 28 passou de 34,8% para 49,8%, particamente metade do total dos desempregados. O relatório reconhece as dificuldades de gerir o mercado de trabalho por factores que enumera: os desempregados estão entre os que mais depressa «vão a para a reforma, entram nas reformas por incapacidade e /ou simplesmente se tornam “desencorajados”. Nos casos em que têm pouca protecção social ou de rendimentos, isto pode levar à marginalização, aumentar o risco de pobreza e exclusão» . Isto acontece, segundo a Comissão, por falta de trabalho, falta de formação, subsídios e taxação fiscal. O relatório sugere que sejam substituídas as medidas passivas de desemprego – subsídios – por medidas activas, por exemplo, utilização do subsídios para criar o seu próprio trabalho.

A Comissão Europeia reconhece assim que o desemprego pode deixar de actuar como regulador do preço da força de trabalho se estes desempregados, embora estando no desemprego, não estão na verdade no mercado de trabalho. De fora das análises fica porém uma questão chave: o salário real de subsistência e a mobilidade social, ou seja, o incentivo salarial oferecido pelas empresas e a perspectiva de autonomia, carreira ou trabalho gratificante não está no horizonte de grande parte destes desempregados. Ao serem colocados na escolha entre as pensões, ainda que baixas, o assistencialismo familiar e estatal; e os salários de simples reprodução biológica (ou mesmo abaixo disso) prefere ficar imobilizado, fora do mercado de trabalho.

Isto tem consequências políticas devastadoras porque fora do mercado de trabalho não significa fora do capitalismo. Para o lado do capital/investimentos, os que não regressam ao mercado de trabalho deixam de actuar para pressionar salários para baixo, e provocam desestabilização social pela pobreza com consequências política e eleitorais – isso preocupa a Comissão. Por outras palavras, a elevação do preço da força de trabalho, e a ausência de estabilidade e paz sociais nas empresas e fábricas.

Para o lado dos trabalhadores a atomização do desemprego em vez da resistência nos locais de trabalho, - numa palavra, a despolitização da pobreza. E, não sendo possível à ciência histórica o analisar assim, não podemos deixar de lembrar que um ramo amplo da psicanálise associa a resistência à saúde mental e a desistência e o medo à depressão: «o que distingue a depressão normal da depressão patológica é justamente a capacidade de revolta».

Retornemos às estatísticas. Mesmo estas são complexas. Giuliano Bonoli elaborou para a Comissão Europeia e a sua «Rede de Excelência para o pacto social e Estado Social na Europa», um estudo sobre as políticas activas de emprego. Recorda a dificuldade que foi no centro produtor da Europa a base dos partidos social-democratas aceitarem as Políticas Activas de Emprego porque se os seus dirigentes as viam com agrado e como factor de paz social – subir lucros não criando pauperização imediata extrema, os trabalhadores porém vêm-nas com desagrado - introduz no mercado de trabalho força de trabalho abaixo do preço daquela que está no activo, utilizando a segurança social ou o próprio salário directo (subsídio de desemprego) dos próprios trabalhadores como um subsídio à manutenção do lucro das empresas.

Este «Estado Social capitalista», nas palavras de Armingeon, expandiu-se sobretudo na década de 90 do século XX. Entre os países da OCDE, entre 1980 e 2003, a proporção do Produto Interno Bruto investido duplicou . Chegou em 2012 aos 1,4% do PIB em Portugal; 1,6% do PIB na Dinamarca. E as indicações da CE são para reforçar estas políticas e os valores a elas alocados .

A assistência social — é preciso acentuar isto — não é o Estado social. A assistência é focalizada, ou seja, é para gerir o desemprego e a pobreza, decorrente deste e dos baixos salários. E é arbitrária. Quem decide quem recebe o quê? O Estado social é de todos e para todos, tem um carácter de universalidade, não está dependente da discricionariedade do Governo e seus subordinados.

Para defender o emprego é preciso entender o que é o desemprego. Os governos assumiram como política que o aumento da rentabilidade do capital investido se daria com a redução do custo unitário do trabalho de uma forma peculiar. Que forma? Destruição de riqueza (recessão) e desemprego massivo. Dito de outra forma, simples: a produtividade aumenta porque um trabalhador passa a fazer mais, em mais horas e por menos. Não falamos por isso de melhoria da produção, mas de exaustão da força de trabalho e, a médio prazo, da queda da produtividade. No limite à escassez fora dos momentos de crise.

O desemprego é, no modo de produção capitalista, a forma mais prática de baixar os salários, porque significa que há maior oferta do que procura de mão de obra, com a consequente queda do preço do salário. Desemprego é capital não investido, parado, capacidade produtiva imobilizada. «O curso vital característico da indústria moderna, a forma de um ciclo decenal interrompido por oscilações menores de períodos de vitalidade média, produção a todo o vapor, crise e estagnação, repousa sobre a formação contante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação».

Submetido em janeiro de 2018

Aceito em abril de 2018